

Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: https://copyspider.com.br

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

Analisando o resultado do CopySpider

Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?



Relatório gerado por: jneomaster@hotmail.com

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X	672	17,77
http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de- prtica-jurdican.html		
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11	206	11,2
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/12	153	8,6
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://docplayer.com.br/50362936-Manual-de-orientacao-para-trabalho-do-curso-de-direito.html	481	4,72
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://docplayer.com.br/60196371-Regulamento-de-trabalho-de-conclusao-de-curso.html	138	1,91
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/curso-direito/	9	0,34
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/direito	8	0,27
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/direito/	7	0,19
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://sustainabledevelopment.un.org/topics/ruraldevelopment/decisions	3	0,09
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/direito	0	0



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-prtica-jurdica--n.html (3053)

termos)

Termos comuns: 672 Similaridade: 17,77%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-prtica-jurdica--n.html

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome n	ota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIO	
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias4	
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista5	
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 19881	4
CONCLUSÃO2	7
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.



Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

		^		
DE		ᇚ	NIC	IAS
r	ᆮ	ᅐᆮ	INC	IAO

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	



, que te	m como título:
Primou-se na revisão pela correção linguística e orto tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu, Curso, sob a orientação e anuência do Professor	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem com	o título provisório:
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, n	
Goiânia, de de 201	
Orientando (a)	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



	do mês de		, às	horas, na sala	,
	dade Cambury, reuniram	, o (a			
	m haaa na Dagulamanta				
	n base no Regulamento o Escola de Direito, com c		dica e Manua	r de Trabalho de Conci	usao de
Sugestõe	es para correções e altera	ações:			
Professo	r/a Orientador/a:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Professo	r Examinador 1:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Orientan	do(a):				
ATA PAF	RA EXAME DE DEFESA				
No dia _	do mês de	do ano de	, às	horas, na sala	, da
	le Cambury, reuniram-se	. , , , ,	•	(a) Professor(a) Orienta	ador(a)
					2001 (d)



)	e Prof.(a)
, pa	ara realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Tra Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Traba Direito, com o título	
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	_
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	_
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplic	áveis. Qualquer uso da obra que não
o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.	
Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo dispo	onibilizado é de minha inteira
responsabilidade.	
Goiânia, de	
Assinatura do autor	
TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUIS	SA
Eu,, professor(a) or	ientador(a) do aluno
vinculo	
de título provisório	o Trabalilo de Coricidado de Carac
i	, a seguinte
linha de pesquisa:	
() Direito Penal, Processo Penal e Constituição;	
() Direito do Trabalho e Seguridade Social;	
() Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;	
() Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;	
() Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;	
() Direitos e Garantias Fundamentais;	
() Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;	
() Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;	
() Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;	
() Direito, Comunicação e Linguagem;	
() Direito Tributário e Financeiro;	
() Direito empresarial.	
Goiânia de do	
Goiânia,dede	



	Professor orientador
Aluno(a) orientado	
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO CONCLUSÃO DE CURSO) EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
CONCLUSAO DE CURSO	
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Car	
professores digitados pelo orientador do TCC o certificio julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de C	
orientador do TCC, orientado pelo professor nome de	•
De autoria de:	
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC Defendida em, na sala n	. nas dependências da Faculdade Cambury, como
requisito para conclusão do Curso de Direito.	_, _, _, _, _, _, _, _, _, _, _, _, _, _
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.	
Colama, data digitada polo offernador do 100.	
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE F	PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC
Aluno:	



Curso:	Matrícula:	
Data da defesa///		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
:		
Resenha (redigir uma síntese seç	guida da opinião quanto ao trabalho apre	esentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES , para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)
0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)
MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS



0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11 (645 termos)

Termos comuns: 206 Similaridade: 11,2%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA

DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11

25

60

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIC)
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias	1
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 1988	14
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

R	E	F	E	R	Е	N	C	IΑ	S

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	
, que tem como título:	



Primou-se na revisão pela correção linguística e orto tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	ográfica (utilizando a nova ortografia), como também
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia, <u>de</u> <u>de</u> 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	
	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem com	·
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, n	não remunerada.
Goiânia, de de 201	
Orientando (a)	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia	do mês de	do ano de	, às	horas, na sala	
da Faculd	ade Cambury, reuniram	-se, o/a orientando/a			
		, o (a) Professor (a	n) Orientador(a)	
		e o (
		para			
		do Núcleo de Pratica Jurí	dica e Manua	l de Trabalho de Concl	usão <mark>de</mark>
Curso da l	Escola de Direito, com o	título			
:					
				<u></u>	
Sugestões	s para correções e altera	ações.			
· ·					
Professor/	'a Orientador/a:				
NOME CO	<mark>OMPLETO</mark> , TITULAÇÃO)			
Drofosoor	Examinador 1:				
Fiolessoi	Examinador 1.				
NOME CO	OMPLETO, TITULAÇÃO)			
Orientand	o(a):				
A.T.A. D.A.D.	A EVALAE DE DEEEOA				
ATA PARA	A EXAME DE DEFESA				
No dia	do mês de	do ano de	às	horas, na sala	. da
		, o(a) aluno(a) orientando			, 30
	• •		•	(a) Professor(a) Orienta	ador(a)
					` '



,	para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Tra	
Direito, com o título	
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	



o autorizado Assim, autori responsabilid	sob esta lice zo a liberação ade.	nça ou pela legislação a total, estando ciente o	autoral é <mark>proibid</mark> o ue o conteúdo c	0.	er uso da obra que não e minha inteira
Goiânia,	de	de	_·		
Assinatura do					
TERMO DE \	/INCULAÇÃ(O DE ORIENTAÇÃO À	LINHA DE PESC	QUISA	
Eu,			, professor(a	a) orientador(a) do	aluno
de título prov					
					, a seguinte
linha de pesq		Donal a Canatituição			
• •		Penal e Constituição; eguridade Social;			
• •		nal e Contemporâneo;			
• •		rica, Globalização e Des	envolvimento:		
• •		blico, Privado e dos Dir			
() Direitos e			onco i idinanco,		
• •		istração e Políticas Púb	licas:		
• •		ça Mediática e Preventiv			
• •		e Sustentabilidade;	,		
() Direito, Co					
() Direito Trik	-				
() Direito em		,			
Goiânia,	de	de			



	Professor orientador
Aluno(a) orientado	
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADO CONCLUSÃO DE CURSO	KA DE TRABALHO DE
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professor professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Bar julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: titulo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor. De autoria de:	nca Examinadora que
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC Defendida em, na sala n, nas dependências da Fac	culdade Cambury, como
requisito para conclusão do Curso de Direito.	salada Sambary, Somo
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.	
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA	A DE DEFESA DE TCC
Aluno:	
Curso: Matrícula:	



Data da defesa//	.	
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia Resenha (redigir uma síntese se	? Artigo guida da opinião quanto ao trabalho a	apresentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	_
OBS: Cada relatório equivale a c		ATIVIDADES COMPLEMENTARES

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/12 (531 termos)

Termos comuns: 153 Similaridade: 8,6%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA

DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/12

25

60

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIO	
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias4	
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista5	
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 19881	4
CONCLUSÃO2	7
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

R	E	F	E	R	E	N	C	IΑ	S

DECLARAÇÃO DE	CORREÇÃO DE	LÍNGUA PORTUGUESA
	· · · · · · · · · · · · ·	

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	
, que tem como título:	



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortog	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluno da disciplina <mark>de Trabalho de</mark> Conclusão <mark>de</mark>
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	
	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como	o título provisório:
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, na	ão remunerada.
Goiânia, de de 201	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia	do mês de	do ano de _	, às	horas, na sala	
da Faculda	nde Cambury, reuniram	n-se, o/a orientando/a			
		,	o (a) Professor (a) Orientador(a)	
		€	e o (a) Professor	(a) Convidado(a)	
				EXAME DE QUALIFICA	AÇÃO DE
TCC, com		-		al <mark>de Trabalho de</mark> Conclu	-
	Escola de Direito, com				
Sugestões	para correções e alter	ações:			
J	,	,			
Professor/a	a Orientador/a:				
1 1010000170	a Grieritador, ai				
NOME CO	MPLETO, TITULAÇÃO)			
NOME OF	<u>LL 10, 1110L/19</u> /10				
Professor I	Examinador 1:				
1 10100001 1	Examinador 1.				
NOME CO	MPLETO, TITULAÇÃO)			
THOME OF	wii EE i O, i i i OE/i Q/i C	,			
Orientando	n/a)·				
Officialide	η(α).				
ΛΤΛ ΟΛΟΛ	EXAME DE DEFESA				
AIAFANA	CANIVIL DE DEI LOA				
No dia	do mês de	do ano do	àc	horas, na sala	da
	Cambury, reuniram-se			noras, na sala	, ua
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		•	(a) Professor(a) Orienta	dor(a)
				o(a) Professor(a) Orienta	uui(a)
<i>J</i>				e FIUI.(a)	



, pa	ara realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Tra	abalho de Curso III, com base no
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trab Direito, com o título	alho de Conclusão de Curso da Escola de
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	<u> </u>
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE ALITORIZAÇÃO DARA DURLICAÇÃO	



A obra continua	protegida po	r Direito Autoral e/ou p	oor outras leis aplic	áveis. Qualquer u	so da obra que não
		a ou pela legislação au	•		
	-	otal, estando ciente qu		onibilizado é de mi	inha inteira
responsabilidad	-	•	·		
Goiânia,	de	de			
Assinatura do a	utor				
TERMO DE VIN	ICULAÇÃO D	DE ORIENTAÇÃO À <mark>L</mark> I	NHA DE PESQUIS	SA	
Eu,			, professor(a) or	rientador(a) do alu	no
de título provisó	rio				
<u>;</u>					, a seguinte
linha de pesquis	sa:				
() Direito Penal	, Processo Pe	enal e Constituição;			
() Direito do Tra	abalho e Segi	uridade Social;			
() Direito Civil C	Constitucional	e Contemporâneo;			
() Direito, Econo	omia, Política	a, Globalização <mark>e Dese</mark>	nvolvimento;		
() Direito Interna	<mark>acional</mark> Públic	co, Privado e dos Direi	tos Humanos;		
() Direitos e Ga	rantias Funda	amentais;			
() Direitos Socia	<mark>ais</mark> , Administr	ação e Políticas Públic	cas;		
() Acesso à Jus	stiça, Justiça l	Mediática e Preventiva	ι;		
() Direito, Meio-	-Ambiente e S	Sustentabilidade;			
() Direito, Comu	unicação <mark>e Li</mark>	nguagem;			
() Direito Tributa	ário <mark>e Financ</mark>	eiro;			
() Direito empre					
Goiânia,o	de	de			



Professor orional Aluno(a) orientado	entador
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABA CONCLUSÃO DE CURSO	ILHO DE
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes do professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinado julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: titulo do trabalho di orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor. De autoria de:	ra que
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC	
Defendida em, na sala n, nas dependências da Faculdade Cambrequisito para conclusão do Curso de Direito.	ıry, como
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.	
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA	DE TCC
Aluno:	
Curso: Matrícula:	



Data da defesa//		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Resenha (redigir uma síntese seg	Artigo uida da opinião quanto ao trabalho apr	esentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES , para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade) 0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.) MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://docplayer.com.br/50362936-Manual-de-orientacao-para-trabalho-do-curso-de-

direito.html (9255 termos) **Termos comuns:** 481

Similaridade: 4,72%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento https://docplayer.com.br/50362936-Manual-de-orientacao-para-trabalho-do-curso-de-direito.html

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Sob a offernação da Froi. Esp. Affile Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIO	
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias4	
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista5	
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 19881	4
CONCLUSÃO2	7
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.



Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

		^		
DE	\Box	D =	NC	$I \wedge C$
κ ϵ	$\Gamma\Gamma$	κ	INC	IAO

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	



, que te	em como título:
Primou-se na revisão pela correção linguística e orto tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	ográfica (utilizando a nova ortografia), como também
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem com	
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, r	
Goiânia, de de 201	
Orientando (a)	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



	do mês de		, às	horas, na sala	,
	dade Cambury, reuniram	, o (a			
	m haaa na Dagulamanta				
	n base no Regulamento o Escola de Direito, com c		dica e Manua	r de Trabalho de Conci	usao de
Sugestõe	es para correções e altera	ações:			
Professo	r/a Orientador/a:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Professo	r Examinador 1:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Orientan	do(a):				
ATA PAF	RA EXAME DE DEFESA				
No dia _	do mês de	do ano de	, às	horas, na sala	, da
	le Cambury, reuniram-se	. , , , ,	•	(a) Professor(a) Orienta	ador(a)
					2001 (d)



)	e Prof.(a)
	, para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Tr Direito, com o título	
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLADAÇÃO DE ALITORIZAÇÃO DADA DUBLICAÇÃO	



o autorizado sob esta licença ou pela le	-
-	o ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira
responsabilidade.	
Goiânia, de de _	
Assinatura do autor	
TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTA	AÇÃO À <mark>LINHA DE PESQUISA</mark>
·	
Eu,	, professor(a) orientador(a) do aluno
	vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório	
:	, a seguinte
linha de pesquisa:	
() Direito Penal, Processo Penal e Cons	tituição;
() Direito do Trabalho e Seguridade Soc	ial;
() Direito Civil Constitucional e Contemp	orâneo;
() Direito, Economia, Política, Globalizaç	ção e Desenvolvimento;
() Direito Internacional Público, Privado	e dos Direitos Humanos;
() Direitos e Garantias Fundamentais;	
() Direitos Sociais, Administração e Polí	ticas Públicas;
() Acesso à Justiça, Justiça Mediática e	Preventiva;
() Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilio	dade;
() Direito, Comunicação e Linguagem;	
() Direito Tributário e Financeiro;	
() Direito empresarial.	
() Direito empresarial.	



			Professor orientador
Aluno(a) orientado			
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COI CONCLUSÃO DE CURSO	MO MEMBRO EM	I BANCA EXAMINAD	ORA DE TRABALHO DE
A Coordenação do Curso de Direito da Fa professores digitados pelo orientador do julgou a apresentação do Trabalho de Co orientador do TCC, orientado pelo profes De autoria de:	TCC o certificado onclusão de Curso ssor nome de prof	de participação na Ba o (TCC) intitulado: titu	anca Examinadora que
Nome do aluno digitado pelo orientador o Defendida em, na sala		ıs dependências da F	aculdade Cambury, como
requisito para conclusão do Curso de Dir		·	•,
Goiânia, data digitada pelo orientador do	TCC.		
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEM	ENTAR DE PART	ΓΙCΙΡΑÇÃΟ EM <mark>BAN</mark>	CA DE DEFESA DE TCC
Aluno:			



Curso:	Matrícula:	
Data da defesa///		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia ? A Resenha (redigir uma síntese segui	Artigo ida da opinião quanto ao trabalho apre	esentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES , para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)
0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)
MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS



0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://docplayer.com.br/60196371-Regulamento-de-trabalho-de-conclusao-de-curso.html

(5927 termos)

Termos comuns: 138 Similaridade: 1,91%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://docplayer.com.br/60196371-Regulamento-de-trabalho-de-conclusao-de-curso.html

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIO	
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias4	
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista5	
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 198814	4
CONCLUSÃO27	7
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.



Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	



, que tel	m como título:
Primou-se na revisão pela correção linguística e ortogornando o texto mais claro, coeso e coerente.	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem com-	o título provisório:
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, no Goiânia, de de 201	
Orientando (a)	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia	do mês de	do ano de _	, às	horas, na sala	,
	ade Cambury, reuniram				
			e o (a) Professor	(a) Convidado(a)	40ÃO DE
				o EXAME DE QUALIFIC al <mark>de Trabalho de Concl</mark> i	
	Escola de Direito, com o		Junuica e Manu	ai de Trabalilo de Colicii	usao ue
0		~			
Ū	s para correções e altera	•			
Professor/	a Orientador/a:				
NOME CO	MPLETO, TITULAÇÃO	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
	-, - , -				
Professor	Examinador 1:				
NOME CO	MPLETO, TITULAÇÃO	·			
NOWE OC	ivii EETO, TTTOE/Q/TO				
Orientando	o(a):				
ATA PARA	A EXAME DE DEFESA				
NI - P	d 2		,	h	
	do mês de • <mark>Cambury</mark> , reuniram-se			horas, na sala	, da
		. , , , ,	•	o(a) Professor(a) Orienta	ador(a)
					(u)
				(, - (



)	e Prof.(a)
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Direito, com o título	
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	<u> </u>



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicá	veis. Qualquer uso da obra que não
o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.	
Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo dispon	ibilizado é de minha inteira
responsabilidade.	
Goiânia, de	
Assinatura do autor	
TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA	
Fig. 1. The second of the seco	atadawa) da abusa
Eu,, professor(a) orie	
vinculo	o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório :	, a seguinte
linha de pesquisa:	, a soguino
() Direito Penal, Processo Penal e Constituição;	
() Direito do Trabalho e Seguridade Social;	
() Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;	
() Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;	
() Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;	
() Direitos e Garantias Fundamentais;	
() Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;	
() Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;	
() Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;	
() Direito, Comunicação e Linguagem;	
() Direito Tributário e Financeiro;	
() Direito empresarial.	
Goiânia,dede	
	



Professor orientador
Aluno(a) orientado
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: titulo do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.
De autoria de:
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC
Defendida em, na sala n, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.
requisito para conclusão do ourso de bireito.
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC
Aluno:



Curso:	Matrícula:	
Data da defesa//		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia ´ Resenha (redigir uma síntese seç		entado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES , para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade) 0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS



0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicação Repositório Institucional Revista Eletrônica Faculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/curso-direito/ (1183 termos)

Termos comuns: 9 Similaridade: 0,34%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA

DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/curso-direito/

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.
BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIO	
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias4	
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista5	
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 1988	14
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

R	E	F	E	R	Ε	N	C	IΑ	S

DECLARAÇÃO DE	CORREÇÃO DE	LÍNGUA PORTUGUESA
	· · · · · · · · · · · · ·	

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	
, que tem como título:	



	.
Primou-se na revisão pela correção linguística e orto	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	
	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem com	
·	
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, n	ão remunerada.
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, n Goiânia, de de 201	ão remunerada.

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



			, às	horas, na sala	,
	ade Cambury, reuniram-	,			
TCC, com Curso da l :	base no Regulamento d Escola de Direito, com o	lo Núcleo de Pratica título	Jurídica e Manua		
Sugestões	s para correções e altera	ções:			
	/a Orientador/a:				
NOME CO	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Professor	Examinador 1:				
NOME CO	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Orientand	o(a):				
ATA PARA	A EXAME DE DEFESA				
Faculdade	e Cambury, reuniram-se,	o(a) aluno(a) orienta	ando(a , (horas, na sala o(a) Professor(a) Orienta	



	para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina	
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Tra Direito, com o título	abalho de Conclusão de Curso da Escola de
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade. Goiânia, de de
Assinatura do autor
TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA
Eu,, professor(a) orientador(a) do aluno vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório
:, a seguinte linha de pesquisa:
() Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
() Direito do Trabalho e Seguridade Social;
() Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
() Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
() Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
() Direitos e Garantias Fundamentais;
() Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
() Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
() Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
() Direito, Comunicação e Linguagem;
() Direito Tributário e Financeiro;
() Direito empresarial.
Goiânia,dede



	Professor orientador
Aluno(a) orientado	
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO CONCLUSÃO DE CURSO	EM BANCA EXAMINADORA DE <mark>TRABALHO DE</mark>
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Caml	bury, confere aos professores nomes dos
professores digitados pelo orientador do TCC o certifica	
julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Cu orientador do TCC, orientado pelo professor nome de p	· · · · · ·
De autoria de:	Tolessor.
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC	
Defendida em, na sala n, requisito para conclusão do Curso de Direito.	nas dependências da Faculdade Cambury, como
requisito para conclusão do ourso de Bireito.	
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.	
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PA	ARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC
Aluno:	
Curso: Matr	ícula:



Data da defesa/		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Artigo Resenha (redigir uma síntese seguida d		apresentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	_
OBS: Cada relatório equivale a carga ho , para integralização do currículo do curs		ATIVIDADES COMPLEMENTARES

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/direito (1533 termos)

Termos comuns: 8 Similaridade: 0,27%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA

DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/direito

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.
BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIO	
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias4	
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista5	
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 19881	4
CONCLUSÃO2	7
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

R	E	F	E	R	Ε	N	C	IΑ	S

DECLARAÇÃO DE	CORREÇÃO DE	LÍNGUA PORTUGUESA
	· · · · · · · · · · · · ·	

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	
, que tem como título:	



	·
Primou-se na revisão pela correção linguística e ortog	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	
_	
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
_	
Eu,	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como	•
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, nã	ão remunerada.
Goiânia, de de 201	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



	do mês de		, às	horas, na sala	,
	dade Cambury, reuniram-	, o (a e o para	(a) Professor(a a realizarem o	a) Convidado(a) EXAME DE QUALIFIC	
:	Escola de Direito, com o				
	es para correções e altera				
	r/a Orientador/a:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Professor	r Examinador 1:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Orientano	do(a):				
ATA PAR	RA EXAME DE DEFESA				
Faculdad	do mês de le Cambury, reuniram-se,	o(a) aluno(a) orientando	o(a		
			_ e os(as) Co	nvidados(as) Prof.(a	adoi(a)
)				e Prof.(a)	



	para realizarem a banca do EXAME DE	
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no		
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de <mark>Trabalho de Conclusão de Curso</mark> da Escola Direito, com o título		
Sugestões para correções e alterações:		
Professor/a Orientador/a:		
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO		
Professor Examinador 1:		
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO		
Professor Examinador 2:		
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO		
Orientando(a):		
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO		



A obra continua protegio	da por Direito Autoral	e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não
o autorizado sob esta li	cença ou pela legislaç	ão autoral é proibido.
Assim, autorizo a liberaç	ção total, estando cier	te que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira
responsabilidade.		
Goiânia, de _	de	
Assinatura do autor		
Assiriatura do adioi		
TERMO DE VINCULAÇ	ÃO DE ORIENTAÇÃO	À LINHA DE PESQUISA
_		
		, professor(a) orientador(a) do aluno
		vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório		
		, a seguinte
linha de pesquisa:	as Danal a Canatituia	;
() Direito Penal, Proces	•	10;
() Direito do Trabalho e		
() Direito Civil Constituc	•	
() Direito, Economia, Po	•	
() Direito Internacional F		Direitos Humanos;
() Direitos e Garantias F		
() Direitos Sociais, Adm	•	
() Acesso à Justiça, Jus	•	entiva;
() Direito, Meio-Ambien	·	
() Direito, Comunicação		
() Direito Tributário e Fi	nanceiro;	
() Direito empresarial.		



	_Professor orientador
Aluno(a) orientado	
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADO CONCLUSÃO DE CURSO	RA DE TRABALHO DE
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professo	ores nomes dos
professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Ban	•
julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: titulo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.	do trabalho digitado pelo
De autoria de:	
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC	
Defendida em, na sala n, nas dependências da Facrequisito para conclusão do Curso de Direito.	culdade Cambury, como
requisite para coriolada de carso de Bireito.	
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.	
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA	A DE DEFESA DE TCC
Aluno:	
Curso: Matrícula:	



Data da defesa/		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Artigo Resenha (redigir uma síntese seguida da		resentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	
OBS: Cada relatório equivale a carga hon, para integralização do currículo do curs		TIVIDADES COMPLEMENTARES

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/direito/ (2177 termos)

Termos comuns: 7 Similaridade: 0,19%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA

DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/direito/

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.
Data da Dolesa de de 2020.
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIO
1 O Direito Agrário
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal
de 19881
CONCLUSÃO2
REFERÊNCIAS 28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

R	E	F	E	R	Е	N	C	IΑ	S

DECLARAÇÃO DE	CORREÇÃO DE	LÍNGUA PORTUGUESA
	· · · · · · · · · · · · ·	

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	
, que tem como título:	



	;
Primou-se na revisão pela correção linguística e ortog	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluna da dissiplina da Trabalha da Canaluaão da
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
•	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem com-	o título provisório:
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, na	ão remunerada.
Goiânia, de de 201	
Orientando (a)	
Onemando (a)	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia	do mês de	do ano de .	, às	h	noras, na sala _	
	de Cambury, reuniram-			sor (a) Orier	ntador(a)	
			e o (a) Profe	ssor(a) Conv	vidado(a)	~
	Daniel Da					
Curso da E	pase no Regulamento d scola de Direito, com o	título				iusao de
•	para correções e altera	•				
Professor/a	a Orientador/a:					
	onemadoria.					
NOME COM	MPLETO, TITULAÇÃO					
Professor E	Examinador 1:					
NOME COM	MPLETO, TITULAÇÃO					
Orientando	(a):					
ATA PARA	EXAME DE DEFESA					
	_ do mês de			shc	oras, na sala	, da
	Cambury, reuniram-se,	` ' ' ' '	•	o(a) Pro	fessor(a) Orien	tador(a)
-						lador (a)



	para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina T	
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Tra Direito, com o título	abalho de Conclusão de Curso da Escola de
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	



	2
A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis.	Qualquer uso da obra que nac
o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibiliz	ado ó do minha intoira
responsabilidade.	ado e de milina intelia
Goiânia, de de	
de	
Assinatura do autor	
TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA	
Eu,, professor(a) orientad	
vinculo o Tra	abalho de Conclusão de Curso
de título provisório	
<u>:</u>	, a seguinte
linha de pesquisa:	
() Direito Penal, Processo Penal e Constituição;	
() Direito do Trabalho e Seguridade Social;	
() Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;	
() Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;	
() Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;	
() Direitos e Garantias Fundamentais;	
() Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;	
() Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;	
() Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;	
() Direito, Comunicação e Linguagem;	
() Direito Tributário e Financeiro;	
() Direito empresarial.	
Goiânia,dede	



Professor o	rientador
Aluno(a) orientado	
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRAE CONCLUSÃO DE CURSO	BALHO DE
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes d	los
professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinado	-
julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: titulo do trabalho o orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.	digitado pelo
De autoria de:	
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC	
Defendida em, na sala n, nas dependências da Faculdade Cam	bury, como
requisito para conclusão do Curso de Direito.	
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.	
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFES	A DE TCC
Aluno:	
Curso: Matrícula:	



Data da defesa/		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Artigo Resenha (redigir uma síntese seguida da	a opinião quanto ao trabalho a	presentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	-
OBS: Cada relatório equivale a carga hon , para integralização do currículo do curs		ATIVIDADES COMPLEMENTARES

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://sustainabledevelopment.un.org/topics/ruraldevelopment/decisions (1644 termos)

Termos comuns: 3 Similaridade: 0,09%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA

DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://sustainabledevelopment.un.org/topics/ruraldevelopment/decisions

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.ª esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO P	ATRIO
1	
O Direito Agrário	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Feder	ral
de 1988	14
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

R	E	F	E	R	E	N	C	IΑ	S

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	
, que tem como título:	



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortog	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Goldina,ueue 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	alane da dicelpinia de Trabanie de Ceneldede de
	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como	o título provisório:
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, ná	ăo remunerada.
Goiânia, de de 201	
Golania, de de 201	
Orientando (a)	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



	do mês de		, às	horas, na sala	,
	dade Cambury, reuniram-	, o (a e o para	(a) Professor(a a realizarem o	a) Convidado(a) EXAME DE QUALIFIC	
:	Escola de Direito, com o				
Sugestõe	es para correções e altera	ações:			
	r/a Orientador/a:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Professor	Examinador 1:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Orientano	do(a):				
ATA PAR	A EXAME DE DEFESA				
Faculdad	do mês de e Cambury, reuniram-se,	, o(a) aluno(a) orientando	o(a		
			_ e os(as) Co	nvidados(as) Prof.(a	auui(a)
)				e Prof.(a)	



, p	ara realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Tr	abalho de Curso III, com base no
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trab	palho de Conclusão de Curso da Escola de
Direito, com o título	
Sugestões para correções e alterações:	
Duetosourio Oriento de vio	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	_
,	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	



o autorizado	sob esta licer	nça ou pela legislação a	·
Assim, autori responsabilio	•	total, estando ciente q	ue o conteúdo disponibilizado é de minha inteira
		de	
Assinatura d	o autor		
TERMO DE '	VINCULAÇÃC	DE ORIENTAÇÃO À	LINHA DE PESQUISA
Fu			, professor(a) orientador(a) do aluno
			, professor(a) offeritador(a) do aldrio
de título prov			
•			, a seguinte
linha de peso	quisa:		
() Direito Pe	nal, Processo	Penal e Constituição;	
() Direito do	Trabalho e Se	guridade Social;	
() Direito Civ	il Constitucion	al e Contemporâneo;	
() Direito, Ed	conomia, Políti	ca, Globalização e Des	senvolvimento;
() Direito Inte	ernacional Púl	olico, Privado e dos Dir	eitos Humanos;
() Direitos e	Garantias Fun	damentais;	
* *		stração e Políticas Púb	
• •		a Mediática e Preventiv	/a;
* *		e Sustentabilidade;	
• •	omunicação e		
` '	butário e Finar	nceiro;	
() Direito em	presarial.		
Goiânia,	de	de	



Professor orientador Aluno(a) orientado
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: titulo do trabalho digitado pe orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor. De autoria de:
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC
Defendida em, na sala n, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.
Toquisito para contraca de carso de Birono.
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC
Aluno:
Curso: Matrícula:



Data da defesa//		
Título do TCC apresentado:		
Prof.Orientador:		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Resenha (redigir uma síntese seg	P Artigo guida da opinião quanto ao trabalho	– o apresentado):
	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	
OBS: Cada relatório equivale a ca , para integralização do currículo o		no ATIVIDADES COMPLEMENTARES
AVALIAÇÃOCOMPONENTESNO	OTAS	

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/direito (50 termos)

Termos comuns: 0 Similaridade: 0%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA

DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/direito

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROFª.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia 2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof. ^a esp. Anne Neves de Oliveira.
Goiânia 2020
Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS
O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS
Data da Defesa: de de 2020.
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador	nota
Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome	nota
Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome	nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMILIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PATRIC)
1	
O Direito Agrário3	
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuarista	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA 10	
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária 11	
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal	
de 1988	14
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS28	

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possiblidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever "da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

R	E	F	E	R	Е	N	C	IΑ	S

DECLARAÇÃO DE	CORREÇÃO DE	LÍNGUA PORTUGUESA
	· · · · · · · · · · · · ·	

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em	
pela Instituição	, portador(a) da RG
, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):	
, que tem como título:	



	;
Primou-se na revisão pela correção linguística e ortog	gráfica (utilizando a nova ortografia), como também
tornando o texto mais claro, coeso e coerente.	
Por ser verdade, firmo o presente.	
Goiânia,dede 20	
Assinatura do profissional com firma reconhecida	
~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~	
CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC	
Eu,	aluna da diggiplina da Trabalha da Canaluaão da
Curso, sob a orientação e anuência do Professor	aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de
•	venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a)	
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem com-	o título provisório:
Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, na	ão remunerada.
Goiânia, de de 201	
Orientando (a)	
Onemando (a)	

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



	do mês de		, às	horas, na sala	,
	dade Cambury, reuniram-	, o (a e o para	(a) Professor(a a realizarem o	a) Convidado(a) EXAME DE QUALIFIC	
:	Escola de Direito, com o				
Sugestõe	es para correções e altera	ıções:			
	r/a Orientador/a:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Professor	r Examinador 1:				
NOME C	OMPLETO, TITULAÇÃO				
Orientano	do(a):				
ATA PAR	RA EXAME DE DEFESA				
Faculdad	do mês de e Cambury, reuniram-se,	o(a) aluno(a) orientando	o(a		
					idor(a)
)				e Prof.(a)	



	para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina T	
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Tra Direito, com o título	abalho de Conclusão de Curso da Escola de
Sugestões para correções e alterações:	
Professor/a Orientador/a:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 1:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Professor Examinador 2:	
NOME COMPLETO, TITULAÇÃO	
Orientando(a):	
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	



			o autoral é proibido.	Qualquer uso da obra que não
	-		que o conteúdo disponibiliza	do é de minha inteira
responsabilidad	de.			
Goiânia,	de	de	·	
Assinatura do a	autor			
TERMO DE VII	NCULAÇÃO I	DE ORIENTAÇÃO	À LINHA DE PESQUISA	
Eu,			, professor(a) orientado	r(a) do aluno
				palho de Conclusão de Curso
de título proviso	ório			
:				, a seguinte
linha de pesqui	sa:			
() Direito Pena	I, Processo P	enal e Constituição	· ,	
() Direito do Tr	abalho e Seg	uridade Social;		
() Direito Civil	Constituciona	l e Contemporâneo	•	
() Direito, Ecor	nomia, Política	a, Globalização e D	esenvolvimento;	
() Direito Interr	nacional Públi	co, Privado e dos [ireitos Humanos;	
() Direitos e Ga	arantias Fund	amentais;		
() Direitos Soci	iais, Administ	ração e Políticas P	iblicas;	
() Acesso à Ju	stiça, Justiça	Mediática e Prever	tiva;	
() Direito, Meio	-Ambiente e	Sustentabilidade;		
() Direito, Com	unicação e Li	nguagem;		
() Direito Tribu	tário e Financ	eiro;		
() Direito empr	esarial.			



Professor orientador Aluno(a) orientado
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: titulo do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor. De autoria de:
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC
Defendida em, na sala n, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.
requiente para contolação de Caroo de Birento.
Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.
RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC
Aluno:
Curso: Matrícula:



Data da defesa//	·	
Título do TCC apresentado:		
		Orientado
Tipo de Trabalho: ? Monografia Resenha (redigir uma síntese seg	? Artigo guida da opinião quanto ao trabalho ap	resentado):
Prof. Orientador:		
Prof. Membro de Banca	Prof. Membro de Banca	
OBS: Cada relatório equivale a con para integralização do currículo	arga horária de 2 (duas) horas, como A do curso de Direito.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES
AVALIAÇÃOCOMPONENTESNO	DTAS	

0 a 10Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento,

domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃOCOMPONENTESNOTAS

0 a 10Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury